

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SANTARÉM

Eriane Oliveira Sousa¹
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares²
Leandro Sartori³

RESUMO

Nesse estudo, analisou-se as condições das escolas para implementação de políticas indutoras de educação em tempo integral na Região Metropolitana de Santarém/Pará (RMS) a partir dos estudos defendidos no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. As técnicas aplicadas foram de análise bibliográfica, onde se estrutura a pesquisa a partir da construção de um panorama das pesquisas que já foram feitas no PPGE/UFOPA sobre Educação Integral, com recorte temporal entre os anos de 2015 a 2020, como ponto de partida para compreender como as políticas públicas de educação integral vem sendo implementadas na RMS. Os resultados demonstram que ainda há muito a ser implementado na RMS/PA para que favoreça condições aos alunos de escolas em tempo integral, relacionadas à infraestrutura escolar e além das aulas do currículo formal.

Palavras-chave: Educação. Tempo Integral. Política pública.

FULL-TIME EDUCATION IN THE AMAZON: ANALYSIS OF THE METROPOLITAN REGION OF SANTARÉM

ABSTRACT

In this study, the conditions of schools for the implementation of policies that induce full-time education in the Metropolitan Region of Santarém/Pará (RMS) were analyzed based on studies defended in the master's degree of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of the West from Pará. The techniques applied were bibliographic analysis, where the research is structured from the construction of an overview of the research that has already

¹ ORCID: <<https://orcid.org/0009-0000-5415-1320>> Universidade Federal do Oeste do Pará; Programa de Pós-graduação; Grupo de Pesquisa HISTEDBR UFOPA Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFOPA; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR (UFOPA). Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA. Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/9784765251995656>> E-mail: erianeoliver@gmail.com

² ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5915-6742>> Universidade Federal do Oeste do Pará; Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Titular da UFOPA. Vice-coordenadora do PPGE/UFOPA. Pesquisadora PQ2 no CNPQ. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9671465461954562>> E-mail: liliacolaress@gmail.com

³ ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6073-1313>> Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Departamento de Gestão de Sistemas Educacionais. Doutor em Educação pela Unicamp. Professor Adjunto do Departamento de Gestão de Sistemas Educacionais da UERJ. Estágio pós-doutoral no PPGE/UFOPA. Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6020882116183008>> E-mail: leandrosartorigoncalves@yahoo.com.br

been done in the PPGE/UFOPA on Integral Education, with a time frame between the years 2015 to 2020, as a starting point for understand how public policies for integral education have been implemented in the RMS. The results show that there is still much to be implemented in the RMS/PA to favor conditions for full-time school students, related to school infrastructure and beyond the formal curriculum classes.

Keywords: Education. Full-time. Public policy.

1 INTRODUÇÃO

A educação em tempo integral na educação básica brasileira tem sido indicada pela legislação nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/1996, pelo Plano Nacional de Educação, Lei n. 13.005/2014, como uma alternativa para a melhoria da qualidade e dos índices de desenvolvimento da educação básica. Identifica-se a educação integral nos diversos âmbitos federados, quer por meio da proposição de iniciativas próprias por estados e municípios, que desvelam diferentes concepções de educação integral, quer por meio da adesão a iniciativas federais, que induzem ao atendimento do educando em tempo integral nas escolas públicas do país. É uma temática relevante e é necessário discutir em prol da melhoria do atendimento aos educandos neste período de jornada ampliada na escola.

A respeito da temática, esse artigo apresenta resultado parcial da pesquisa em andamento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFOPA e faz revisão bibliográfica acerca do assunto, buscando entender aspectos conceituais relacionados a Educação Integral (em) tempo integral, considerando a análise das condições das escolas que implementam jornada de tempo integral da Região Metropolitana de Santarém/PA.

Utilizamos como metodologia para esta pesquisa a consulta às bases das dissertações do Programa de Pós-graduação da UFOPA, cujo objeto das dissertações sejam a Educação Integral, educação em tempo integral em escola pública de Ensino Fundamental da Região Metropolitana de Santarém. A metodologia será descrita em mais detalhes no item subsequente. O objetivo de estudar as dissertações foi o de mapear e analisar a forma como a implementação das políticas indutoras de educação integral na RMS está sendo feita e de que forma outros pesquisadores já analisaram a temática.

Nesse sentido, buscamos elucidar as ações indutoras de Educação em Tempo Integral nas escolas da RMS/PA explicitas nas pesquisas desenvolvidas no PPGE/UFOPA, considerando as condições dessas escolas para implementar a ampliação da jornada escolar, evidenciando os elementos indispensáveis para a materialização com qualidade formativa

durante essa ampliação de carga horária. Consideramos nessa etapa de investigação o objetivo específico de identificar nas dissertações defendidas no PPGE/UFOPA quais os resultados das pesquisas relacionadas à educação integral e educação em tempo integral na RMS/PA no período de 2015 a 2020.

2 METODOLOGIA

Este trabalho se encontra organizado a partir da reflexão teórica sobre formação humana integral, realizada a partir da sistematização de autores da área da Educação Integral (Souza; Colares, 2018; Silva; Ferreira, 2010; Saviani, 2019; Sartori; Colares, 2023). E, na sequência, apresentamos um levantamento bibliográfico das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), com vistas a compreender a forma como as políticas indutoras de educação integral têm sido implementadas na Região Metropolitana de Santarém (RMS).

O estudo das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGE/UFOPA), objetivou identificar os resultados das pesquisas relacionadas à educação integral e educação em tempo integral na RMS/PA no período de 2015 a 2020. A catalogação foi realizada a partir dos resultados do recorte temporal do estudo, classificando-as pelo ano de publicação, título, palavras-chave, objetivos e metodologias.

Foram encontradas 25 dissertações. Verificamos que nem todas as produções contemplavam o objetivo do estudo, abordando a educação integral enquanto estudo analítico das ações indutoras nas Região Metropolitana de Santarém (RMS) como temática predominante. Respeitando o critério da pesquisa, foram selecionadas seis (6) dissertações para o aprofundamento das análises. Nessa etapa consideramos os descritores: Educação Integral; Escola de Tempo Integral; Educação em Tempo Integral do Ensino Fundamental na Rede Municipal da Região Metropolitana de Santarém (Pará); foram analisados os objetivos, palavras-chave e metodologia das pesquisas focadas para o ensino fundamental de ensino da rede pública municipal de ensino localizadas na zona urbana da RMS; e foram evidenciadas as análises dos pesquisadores, o concatenamento das pesquisas com as políticas indutoras de educação integral na RMS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação Integral: Formação Humana e desenvolvimento Integral?

A educação, como direito social fundamental, necessita ser desenvolvida com qualidade, com responsabilidade e com compromisso para todas as classes e grupos sociais. Defende-se a importância de que a formação humana na sua integralidade – formação intelectual, tecnológica, física, etc. – tenha condições para ocorrer, prioritariamente, na escola, mas reconhecemos que a formação humana integral também pode ocorrer em todos os espaços.

Os direitos humanos são os direitos inalienáveis à sua condição humana e são exarados em diversas instâncias nacionais e internacionais.

A expressão "direitos humanos" é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver ou participar plenamente da vida. Todos os seres humanos devem ter assegurados, desde o nascimento, as condições mínimas necessárias para se tornarem úteis à sociedade, como também devem ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar[...] para entendermos com facilidade o que significam direitos humanos, basta dizer que tais direitos correspondem a necessidades essenciais da pessoa humana (Dallari, 1998, p. 7).

A autora traz a compreensão de que todos nascem com iguais direitos fundamentais, independentemente de qualquer característica diferencial ou origem social. Logo, “sob o enfoque da especificidade da educação, pela ideia de mediação da origem do homem e de sua constituição humana e histórica, com o direito a todas as possibilidades que lhes confere dignidade humana” (Mocelin, 2016, p.149), reconhecemos que a educação é um direito inalienável dos seres humanos.

Entende-se que a formação humana integral é um processo contínuo de desenvolvimento dos sujeitos, onde busca-se alcançar a plenitude de dimensões que o compõem. De modo que essa formação abrange tanto o aprendizado de conhecimentos técnicos-científicos, quanto a construção de valores políticos e cidadão que contribuem para uma vida plena de sentido.

Mocelin explicita que é perceptível que “fazer parte de um grupo ou sociedade significa submeter-se a normas de vida constituídas e ratificadas nas leis e normas de convivência social e de acesso aos bens culturais” (Mocelin 2016, p. 148). Na visão da autora,

o processo de socialização e de normas e regras se interrelacionam e tornam internalizadas e “proporcionam ao grupo/sociedade a prática de seus direitos fundamentais e quando essa prática não se concretiza, é em busca deles que se caminha para poder constituir a cidadania na íntegra” (Mocelin, 2016, p.148).

Assim, o ser humano como sujeito histórico cria na sociedade por meio de seu trabalho as condições concretas de sua existência e as condições para fruir de suas produções, por exemplo, através da apropriação cultural feita nas relações educativas e de escolarização. Dessa forma, compreende-se a constituição humana, que “por meio da educação como direito social se hominiza como ser liberto, orgânico, emancipado, lúcido, no sentido de sua formação e integral realização humana, enquanto humaniza a sociedade” (Mocelin, 2016, p. 148).

Embora o discurso apresente um horizonte formativo progressista, sabemos que não se consegue viabilizar tal compreensão em uma sociedade capitalista, onde impera o individualismo, competitividade, consumismo e dualidade estrutural na realidade escolar, gerando exclusão de inúmeras pessoas do acesso aos saberes historicamente acumulados. Marx afirmou que “não é a consciência que determina a realidade, mas a realidade que determina a consciência” (Marx, 1980, p. 49), esta ideia basilar nos permite pensar que a defesa dos direitos humanos e do direito à educação para todas as pessoas, sem discriminação de qualquer ordem, depende não somente de uma concepção progressista de educação, mas também da garantia das condições para que essa educação aconteça. O acesso ao saber sistematizado, como elemento propulsor na defesa efetiva da democracia que garante a participação da massa na sociedade, é uma das condições importantes que colaboram com a formação humana integral. Conforme Silva; Ferreira (2010),

A educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, constituindo-se em verdadeiro e indispensável princípio a ser observado na elaboração de políticas que visem à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional. Não só diversos movimentos sociais, mas os governos comprometidos com a formação para a cidadania têm dado especial atenção a essa normatização, de modo a fundar uma estrutura educacional que garanta a humanização a toda a população (Silva; Ferreira, 2010, p. 77).

Nestes termos, analisamos que a educação é um pilar do processo de formação integral. A formação integral do ser humano envolve diversos aspectos, como o desenvolvimento cognitivo, social e ético, bem como a descoberta e a construção de sua identidade. Para a formação humana integral, é fundamental o estímulo ao pensamento crítico, à criatividade e à inovação, possibilitando a compreensão do mundo que os cerca e de agir de forma consciente

e responsável, de fato, o que se espera é a contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Assim, a formação humana integral não é apenas um processo individual, mas também coletivo.

No entanto, como dissemos, a formação integral depende de condições para que se materialize. De que forma a defesa de uma formação integral se apresenta nas condições legais do Brasil e nas condições das escolas da Região Metropolitana de Santarém?

Educação em Tempo Integral na Região Metropolitana de Santarém: considerações iniciais

Como foi exposto, ao criar condições propícias para democratização da educação escolarizada possibilita-se o aprendizado dos instrumentos básicos de comunicação e o acesso ao conhecimento científico, ético, político, cultural em diversas dimensões, de modo que as pessoas possam tornar ciência dos seus direitos e deveres e lutar para que a socialização dos conhecimentos seja menos injusta. No entanto, a educação como direito social e como direito fundamental reconhecido em lei, ainda é objeto de lutas e de tensionamentos na sociedade brasileira. Mocelim (2016) frisa que as “relações que são dinâmicas e complexas e exigem a ação consciente e inteligente do homem na construção de sua vida, de sua profissão, de sua família e da sua sociedade, como ser político” (2016, p. 150).

No processo de valorização e formação humana, buscamos compreender a educação integral que objetiva proporcionar uma formação ampla, com o desenvolvimento integral dos estudantes, englobando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Para isso, a escola tem papel importante e pode promover espaço de conhecimento, de cultura e de lazer, garantindo aos estudantes o acesso a atividades e conteúdos que explorem suas potencialidades.

O autor Saviani (2019) frisa que é importante que a escola atue para desenvolver as potencialidades dos indivíduos, superando as relações educativas esvaziadas de significado e empobrecidas de conteúdos. Sobre a educação omnilateral, Frigotto e Ciavatta (2012) argumentam que,

Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’. Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos

os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265).

Como ponto de partida, consideramos que os autores reforçam a ideia de que a educação omnilateral tem o compromisso com o desenvolvimento pleno do ser humano, levando-se em conta todas as dimensões. A formação omnilateral, no pensamento dos autores, só é possível de ser alcançada com a superação da divisão do trabalho presente na sociedade capitalista por meio de uma revolução dirigida pelos trabalhadores. Todavia, ainda que a sociedade brasileira ainda permaneça nos marcos do capitalismo, o conceito de omnilateralidade permanece válido como um horizonte para pensarmos ações de educação integral.

Para que a educação integral se efetive é preciso que haja condições favoráveis para este processo de ensino-aprendizagem. É importante destacar nesse estudo que o conceito de Educação Integral está associado à ideia mais ampla de educação, perpassando diversas dimensões (escolar, social, cultural, cognitiva, histórica, política) que influenciam e se relacionam durante o processo de formação individual-coletiva do sujeito e sua inserção social. “A Educação Integral não precisa necessariamente ser em tempo integral para desenvolver integralmente o indivíduo, mas a escola deve considerar a necessidade de mais tempo e mais espaços” (Sousa; Colares, 2018), uma vez que, independentemente da ampliação do tempo, só haverá êxito se existirem ações capazes de transformá-lo em significativos aprendizados para o aluno.

Por isso, conhecer as condições das escolas e conhecer as políticas públicas de educação é fundamental para pensarmos a forma como as políticas de educação têm sido implementadas e para pensar alternativas viáveis para a melhoria da qualidade formativa da escola. Discutir a educação integral no seio de uma sociedade capitalista com políticas neoliberais é desafiador, sobretudo ao considerar a redução ou contingenciamentos de custos dos sistemas educativos. Como pensar a melhoria da qualidade educacional e a ampliação da jornada escolar, se as políticas contemporâneas apontam para o racionamento do financiamento e a diminuição do papel do Estado?

Na Região Metropolitana de Santarém/PA, a educação integral tem sido um desafio nas escolas da rede pública, que buscam criar condições necessárias para que a escola seja um espaço de formação integral, com ações integradas e complementares que oportunizem experiências enriquecedoras aos estudantes, valorizando sua formação humana integral.

A Região Metropolitana de Santarém (RSM) está localizada no oeste do Pará. É uma região de propósito de integração, sendo composta por Santarém, o principal município, e os municípios vizinhos Belterra e Mojuí dos Campos. A região possui mais de 300 mil habitantes, mas ainda possui deficiências de ações do poder público.

Discutir as políticas públicas de educação na RMS, implica pensar formas de assegurar a todas as pessoas condições que lhes permitam uma vida digna e uma existência pautada na cidadania. Neste sentido, a educação deve ser pensada para formação da consciência e para libertação da classe trabalhadora, na perspectiva da emancipação social. Para propor uma educação em tempo integral para a oferta de educação integral é necessário pensar nas condições possíveis, considerando a adequação dos espaços existentes dentro e fora da escola, possibilitando a toda a comunidade escolar repensar o modelo existente, propondo mudanças estruturais, físicas e pedagógicas.

Uma escola visando ações indutoras de educação integral e de educação em tempo integral deve possuir espaço adequado e recursos físicos disponíveis para os alunos, como quadras, bibliotecas, laboratórios e equipamentos digitais, além da garantia de condições de trabalho ao professor, de sua formação e com recursos suficientes para o trabalho, por serem consideradas formas de proporcionar mais qualidade ao ensino e para o aprendizado do educando. Considerando que “[...] tempo, espaço e escola são aspectos essenciais, quando pensamos numa jornada escolar ampliada” (Costa; Rosa; Paiva; 2017, p. 54).

O Plano Nacional de Educação publicado em 25 de junho em 2014, trouxe 14 artigos, 20 metas e 254 estratégias. Aqui colocamos em tela a Meta 6, que se refere à educação em tempo integral sobre a oferta pública. A Estratégia 6.1 inferiu um papel para a União, notando o apoio por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares por dentro das escolas (preponderantemente estaduais e municipais). Já em relação à disposição das estratégias seguintes, relativas à construção, ampliação e reestruturação das escolas públicas, a colaboração se efetivaria mediante a conformação de programa sem distinção da abrangência (6.2) ou de programa nacional (6.3), alcançando, inclusive, a formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

Nesse interim, no que diz respeito às condições materiais e imateriais das escolas, entende-se pela descrição estabelecida na estratégia 6.3 que deve haver

[...] reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros

equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral (Brasil, 2014, p. 162).

Percebe-se que estão previstas nas linhas da Lei, ações que propiciem melhorias tanto nas condições materiais (infraestrutura) quanto nos aspectos intelectuais (formação de recursos humanos). No entanto, para a garantia da educação integral requer que o registro formal nas linhas das leis sobre a necessidade de mais espaços. É necessário que se implemente o que está previsto na estratégia em ações práticas que viabilizem uma ampliação da jornada escolar diária em condições adequadas, exigindo dos sistemas de ensino e seus profissionais, da sociedade em geral e das diferentes esferas de governo não só o compromisso para que a educação seja em tempo integral, mas também um projeto pedagógico diferenciado, a formação de seus agentes, a infraestrutura e os meios para sua implantação.

Nesse sentido, buscamos mapear através da leitura das dissertações produzidas no PPGE/UFOPA de que forma essas melhorias das condições das escolas têm sido feitas na região. Logo abaixo, apresentamos o Quadro demonstrativo que apresenta as dissertações pesquisadas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sobre educação em tempo integral nas escolas de Ensino Fundamental na Região Metropolitana de Santarém Pará no período de 2015 a 2020.

Quadro 1 – Dissertações do PPGE/Ufopa sobre educação de tempo integral na RMS no período de 2015 a 2020. **Descritores; Título; Autor(a); Escola Municipal de Ensino Fundamental da Região Metropolitana de Santarém - Pa (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos)**

N.	Descritores	Título	Autor(a)	Município	Ano
01	Educação de Tempo Integral	EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM SANTARÉM: ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2008 a 2014.	Gerusa Vidal Ferreira	Santarém	2016
02	Escola de Tempo Integral	O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: concepções e desafios para a gestão escolar.	Adriana Oliveira dos Santos Siqueira	Santarém	2016
03	Educação em tempo integral	A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DA EQUIPE GESTORA: a realidade de uma escola municipal de Santarém - Pa.	Adriangela Silva de Castro	Santarém	2017
04	Escola de Tempo Integral	O LUGAR DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM SANTARÉM/PA.	Raimundo Solano Lira Pereira	Santarém	2018
05	Educação Integral.	EDUCAÇÃO INTEGRAL: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém/PA.	Talline Luara Moreira Melo Oliveira	Santarém	2019
06	Educação Integral.	POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ações indutoras de educação integral na rede municipal de Belterra/PA (2012-2018).	Líliã Travassos de Sousa	Belterra	2020

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base nos dados fornecidos pelo PPGE/Ufopa, Histedbr/UFopa (<http://www.ufopa.edu.br/ppge/>; <http://www.ufopa.edu.br/histedbrufopa/>).

A pesquisa desenvolvida Ferreira (2016) identificou a criação de duas escolas de tempo integral que não faziam parte de uma proposta específica de educação integral articulada por um plano municipal de ampliação de tempo escolar. Relacionada a infraestrutura, constatou desconforto provocado por espaços reduzidos nas escolas, com sensação térmica altíssima e ambientes que não favoreciam a interação e o bem-estar de alunos e professores, falta sala de atendimento especializado, há ausência de sanitários adequados às pessoas com necessidades especiais, não dispõem de computadores e outros recursos da multimídia e, em se tratando de infraestrutura, a biblioteca escolar como um instrumento importante para o alcance das metas propostas relativamente à leitura. Indica-se, com isso, que é necessário um novo modelo de infraestrutura escolar. Para a autora, com esses problemas detectados, com a intenção de ampliação do tempo escolar, chegou à constatação de que foi ofertado mais tempo para as mesmas práticas e em ambientes inadequados.

Siqueira (2016) analisou as concepções de educação integral em documentos oficiais e nas práticas de gestores de escolas públicas municipais de Santarém, na perspectiva da gestão democrática. Na análise dos discursos dos sujeitos pesquisados, encontrou características que se aproximavam da gestão democrática e outras que se distanciavam e constatou a predominância de relações em que o Conselho Escolar se comporta como um instrumento pouco atuante, servindo apenas para atender às exigências legais dos repasses de recursos financeiros e como o recurso chega à escola, enfatizando que a intersetorialidade não se concretiza no âmbito da escola. Nesse sentido, afirma que há uma incongruência entre a proposta da política educacional e as condições de sua efetivação, sobretudo ao perceber que há uma distância entre a política e a prática dos gestores.

Castro (2017) analisou a educação integral de tempo integral em uma escola municipal de ensino fundamental considerando o trabalho da equipe gestora. A pesquisa evidenciou que a educação integral constava no projeto político-pedagógico da instituição, mas destacou-se desafios da educação integral de tempo integral relacionados à ampliação do tempo escolar, uma vez que a escola não apresentou estrutura adequada para que os alunos permanecessem por tempo prolongado dentro do ambiente da escola.

Pereira (2018) evidencia a ausência de sintonia entre as disposições constantes de leis e planos e a biblioteca escolar, mesmo que seja importante e necessária a previsão legal ou documental sobre as bibliotecas. Deste modo, evidencia que ainda há a necessidade de uma intermediação no nível operacional no sentido de se fazer cumprir o previsto nos documentos relacionados à efetivação das bibliotecas, ou será considerada inviável sua concretização,

deixando a biblioteca longe das práticas escolares e condenando-a ao isolamento dos espaços escolares.

A pesquisa “Educação Integral: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento da Meta 6 do PME de Santarém/PA desenvolvida por Oliveira (2019) explicita ações implementadas para ampliar o tempo escolar do aluno, mas que não se configuraram como propostas duradouras de educação integral. Infere-se que a Secretaria Municipal de Educação não proveu condições necessárias ao cumprimento da Meta 6 e suas estratégias voltadas para a educação em tempo integral, tanto do PNE (Plano Nacional de Educação) como do PME (Plano Municipal de Educação). Foi constatado que dentre as dez estratégias estabelecidas para a consecução da Meta 6, somente cinco foram realizadas parcialmente, sendo elas: as Estratégias 6.2 e 6.3, que tratam de aspectos referentes à infraestrutura e necessidades gerais (recursos humanos e didáticos) e que foram consolidadas por meio da adesão ao Programa de Ações Articuladas (PAR. A análise constatou que ainda se oferece mais tempo para as mesmas práticas nas escolas da rede pública em Santarém/PA, sem trazer novas atividades para a escola.

Sousa (2020) pesquisou Educação em tempo integral no município de Belterra, pertencente à RMS/PA. A educação de tempo integral também foi efetuada tardiamente, devido à infraestrutura precária das escolas, no entanto, os programas indutores de Educação integral surgiram com o foco de oportunizar aos educandos experiências socioeducativas capazes de favorecer uma educação mais completa. Com a reformulação do PME (Programa Mais Educação) para o PNME (Programa Novo Mais Educação) mudou-se o foco da política educacional, que antes era pautada na oferta de atividades diversificadas com o intuito de promover o desenvolvimento ampliado do aluno, passando a objetivar um melhoramento da aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Assim, o PNME, ao diminuir as áreas de conhecimento que integravam a proposta curricular do PME, deixou de focar no desenvolvimento integral do aluno e passou a direcionar seu objetivo na aprendizagem de alguns conteúdos, ainda que houvesse extensão do tempo escolar. O tempo ampliado, nesse sentido, se volta para as práticas reforço, sem muito avanço na infraestrutura das escolas públicas.

Não foram encontrados estudos de pesquisa relacionadas ao município de Mojuí dos Campos.

Com isso, concordamos com Sartori e Colares (2023) que evidenciaram que os programas indutores da educação integral, muitas vezes, são usados como propaganda de melhoria da qualidade da educação, mas na prática não foram garantidas as condições para uma formação integral. Demonstrou-se que os programas indutores de ampliação da jornada sob responsabilidade da escola implementados na RMS nem sempre vieram acompanhados de um planejamento factível de mudanças na estrutura das instituições que viabilizassem as condições para que os estudantes permanecessem por mais tempo dentro da escola; e, além disso, a própria concepção do que é educação integral ou formação humana integral, muitas vezes, não ficou clara para os sujeitos escolares, de modo que no momento da jornada ampliada são reiteradas atividades praticadas no “turno regular”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo concluímos que na educação de formação integral na escola de tempo integral, a formação humana escolar necessita ser planejada de modo indissociável entre as várias dimensões formativas para o aluno, comprometida com a formação do ser humano em suas múltiplas dimensões, sem perder de vista a importância da formação intelectual, mas articulada as múltiplas dimensões que se direciona para um processo pedagógico e curricular teórico-prático para o desenvolvimento humano.

A formação integral em escolas de tempo integral não deveria se fundamentar em uma dissociação entre as naturezas das atividades escolares do turno regular e do contraturno. As atividades, em uma concepção integral de formação humana, deveriam se fundamentar no compromisso com o desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas nas dimensões científica, corporal, tecnológica; todas integralizadas numa dinâmica de experiência escolar completa. Mas, para que ocorra sua efetividade, as políticas públicas de educação devem ter o compromisso em oferecer condições necessárias à esta prática nas escolas públicas, o que não tem ocorrido na RMS de acordo com os estudos dos autores que consultamos.

Consideramos pertinentes os estudos, pois foi possível analisar as evidências de que ainda há muito a ser implementado na Região Metropolitana de Santarém RMS/PA, principalmente no que tange a ações articuladas relacionadas à educação nos municípios envolvidos (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos) para que se proporcione condições favoráveis aos alunos de escolas em tempo integral - tanto melhorias relacionadas à infraestrutura escolar, quanto melhorias no currículo formal. Os resultados demonstram que

muitos aspectos devem ser aperfeiçoados ou implementados na RMS como política de pessoal (vínculos profissionais, formação continuada, valorização do trabalhador), currículo comum que garanta a todos os conhecimentos necessários à formação integral e a infraestrutura física das escolas, ou seja, tratando das condições materiais e imateriais das escolas. Nesse entendimento, procuramos aprofundar os aspectos das condições para a ampliação da jornada escolar, com base em estudos realizados por autores das dissertações defendidas no PPGE/UFOPA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em 07 ago. 2023.

CASTRO, A. S. de. **A educação integral em tempo integral na perspectiva da equipe gestora: a realidade de uma escola municipal de Santarém/PA.** / Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. – Santarém, PA, 2017.

COSTA, V. L. da. ROSA, A. V. do N.; PAIVA, F. R. S.; **Tempos e espaços na ampliação da jornada escolar na educação brasileira.** In: CAVALIERE. A.M.V; COELHO.L.M.C. da C. (Org.). Pesquisas sobre educação integral e tempo integral: histórias, políticas e práticas. Curitiba: CRV, 2017.

DALLARI, D. **Direitos Humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

FERREIRA, G. V. **Educação de tempo integral em Santarém: ações da secretaria municipal de educação no período de 2008 a 2014.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santarém, 2016.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.** São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2005. p. 19-62.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosófico de 1844.** Bogotá: Pluma, 1980.

MOCELIN, M. R.; Educação. Direitos Humanos, Vulnerabilidade Social e Adolescentes em conflito com a Lei. In. FERREIRA, N. S. C.; FONTANA, M. I., Salomé, J. S.; (Orgs.). **Políticas públicas e gestão da educação: desafios e compromissos.** - Volume 1. / Curitiba: CRV, 2016.

OLIVEIRA, T. L. M. M., **Educação integral: análise da implementação das políticas educacionais para cumprimento de Meta 6 do PME de Santarém-PA**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Santarém, Pará, 2019.

PEREIRA, R. S. L. **O lugar da biblioteca na escola de tempo integral em Santarém/PA**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Santarém, 2018.

SARTORI, L.; COLARES, M. L. I. de S. Balanço do Conhecimento sobre Educação Integral no Oeste Paraense. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e12231, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.12231. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/12231>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SILVA, A. M. da; FERREIRA, N. S. C. Políticas públicas em direitos humanos: uma necessidade? Por quê? In: FERREIRA, L. de F. G.; ZENAIDE, M. de N. T.; DIAS, A. A. **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**. João Pessoa: Editora UFPB, 2010. p. 71-98.

SIQUEIRA, A. O. dos S. **O programa mais educação: concepções e desafios para a gestão escolar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. – Santarém, 2016.

SOUSA, L. T. de.; COLARES, M. L. I. S. O Programa Mais Educação (PME) no município de Belterra/PA: percepção da equipe gestora. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 38, jan./jul., 2018, p. 99-121. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/download/7138/pdf> Acesso em: 20 mai. 2021.

SOUSA, L. T. de. **Políticas Educacionais: ações indutoras de educação integral na rede municipal de Belterra/PA (2012/2018) / Lília Travassos de Sousa**. - Santarém, 2020. 141f.: il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação.

Recebido em: 30/08/2023

Aceito em: 03/11/2023